

## A Expo'98 e a metrópole de Lisboa

Vítor Matias Ferreira

### A ocasião faz a cidade?

Nos últimos trinta anos, as cidades, particularmente europeias, atravessaram diversas situações urbanas, muitas delas contraditórias entre si, mas que no dealbar do novo milénio se saldaram, ao fim e ao cabo, por uma mesma intencionalidade de “renascimento urbano” e de reafirmada urbanidade. Com efeito, se nos anos 60 as cidades pareciam tender para o seu próprio desaparecimento - como consequência de um efeito multiplicador de circularidade exponencial entre a renovação urbana, a terciarização económica e a desertificação social - a década seguinte pareceu vir reforçar aquela situação - acentuando-se, então, os processos de desindustrialização e de crise fiscal e financeira das cidades, no contexto mais amplo da crise do Estado-Providência -, para, finalmente na década de 80, se retomar uma nova postura urbana de regresso à cidade, sobretudo através dos processos de reabilitação dos seus centros históricos, agora num clima de alguma euforia de redescoberta da centralidade urbana, num contexto de progressiva reafirmação metropolitana, isto é, das Metrópoles, nossas contemporâneas.

Esta última situação aparece associada a grandes investimentos em intervenções exemplares nas cidades-metrópoles, sejam em frentes de mar ou em determinadas zonas históricas, pretextando a realização de um evento particularmente significativo ou, pura e simplesmente, como decorrência do próprio contexto internacional de intensa competitividade, através de uma afirmação territorial e simbólica desses espaços metropolitanos. Trata-se, assim, de uma marcação cerrada e emblemática desses territórios, apostados, por isso, em defender um (bom) lugar no *ranking* comparativo inter-urbano e intermetropolitano, àquele nível internacional. Mas são, sobretudo, os investimentos a propósito da realização de

determinados eventos internacionais, os que propiciam a ocasião daquela “reinvenção” urbana, criando, deste modo, o que já foi designado de “cidades ocasionais”.

Eis, pois, o contexto em que o acto de “fazer cidade” surge como um acto profundamente cultural, de cultura urbana precisamente. Esta natureza sócio-cultural da produção urbana é particularmente evidente quando está em causa intervir, não em áreas socialmente “virgens”, mas em “vazios” espaciais de zonas urbanas, estruturadas, por isso, em contextos territoriais historicamente sedimentados e culturalmente socializados. Nessa medida, os processos de recomposição social e de reordenamento urbano que, através daquelas acções, acabam por reorganizar o espaço anterior, aparecem, assim, sobredeterminados por aquele mesmo acto criador, culturalmente iniciático e socialmente produtivo.

Estamos, assim, perante uma problemática muito específica que, genericamente, remete para os processos de produção urbana em espaços metropolitanos, isto é, como dissemos, territórios com uma determinada sedimentação histórica e com condições de organização sócio-espacial, se não ainda consolidados, pelo menos sujeitos, já, a certas lógicas de estruturação metropolitana. Em tais territórios subsistem, assim, determinados “vazios” espaciais, áreas já não rurais, ainda não urbanas, mas já metropolitanas, como noutro momento designámos e, deste modo, componentes indissociáveis daqueles processos de territorialização metropolitana. Uma tal constatação deixa em aberto, contudo, o próprio equacionamento da articulação entre esses “vazios” e o restante tecido social e urbano genericamente consolidado, como se disse. É, exactamente esse equacionamento, segundo as diversas vertentes estruturantes do respectivo território, que permite problematizar a produção urbana de “partes de cidade” em espaços metropolitanos.

Por outro lado, pesquisas sócio-urbanísticas desenvolvidas nos últimos anos sobre aqueles espaços metropolitanos, não só vieram acentuar o papel crescente e estrategicamente determinante desses territórios em contextos de progressiva e competitiva globalização da economia, da cultura e da política, como têm vindo a exigir novas formulações conceptuais e novos instrumentos analíticos, em situações de mudança sócio-urbanística, como é o caso, manifestamente, da presente problemática.

Concretamente, a dimensão fundamental do ambiente urbano - a não confundir com a mera avaliação dos índices ambientais do espaço citadino - aparece estreitamente articulada, quer com a qualidade de vida dos cidadãos, quer com a própria problematização do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a vertente introduzida através do valor histórico

do património - a não confundir com a noção “museológica”, restritiva e pesada de consequências paradoxalmente anti-urbanas, do chamado “património histórico” - tem vindo a questionar uma nova formulação do espaço construído e da valorização dos tributos fundiários.

Constituem, assim, duas dimensões analíticas decisivas daquela problematização, obrigando a um reordenamento disciplinar nas abordagens de mudança sócio-espacial. Complementarmente, a avaliação dos impactes sócio-urbanísticos - em especial nas situações acima referidas que, em última análise, remetem para os modos e processos da inserção daquelas “partes” de cidade no “todo” metropolitano - constituindo uma dimensão analiticamente transversal às referidas abordagens - nomeadamente, implicando a construção de instrumentos de prospectiva analítica e de cenarização metodológica - recriam, necessariamente, um novo quadro problemático face às novas realidades urbano-metropolitanas.

Tais considerações são indissociáveis de uma abordagem da Expo'98 e da Metrópole de Lisboa. É o que tentaremos seguidamente.

## **A Expo'98: integração urbana na Metrópole de Lisboa?**

A menos de dois anos da realização da Expo'98 em Lisboa, a argumentação crítica sobre esse importante e, sem dúvida, espectacular evento internacional, tenderá a centrar-se, cada vez mais, na própria Expo (os projectos em curso e os que foram abandonados, os prazos de concretização e os seus atrasos, os custos globais e os pormenorizados, etc.) e cada vez menos na “envolvente” dessa mesma futura Expo - curioso eufemismo aquele, denotando a própria subalternidade daquela “fronteira” expositiva! E, no entanto, sabemos que o próprio modelo económico-financeiro e urbano da Expo se centrou, desde o primeiro momento, numa área francamente superior (cerca de 350 ha) à destinada, predominantemente, à exposição propriamente dita (entre os 60 e os 70 ha).

Mas, a qualquer nível que se aborde aquela dita “envolvente”, estaremos sempre perante uma mesma questão que, alegoricamente, podíamos formular do seguinte modo: trata-se de realizar um grande evento, de projecção internacional, que tem uma cidade “à sua volta” ou, pelo contrário, trata-se de desencadear uma importantíssima intervenção urbana, sócio-económica e cultural na cidade com uma exposição mundial “dentro”? Como é evidente, não se trata de um jogo de palavras, nem muito menos o de reenviar, sistematicamente, para uma suposta escala macro, o que, de algum modo, apela e exige uma solução micro. Realmente, como dissemos no início, a problemática em questão é de outra natureza.

É que, também aqui a (eterna?) dialéctica do global e do local está presente, sobretudo porque a intervenção em causa não pode deixar de se questionar, igualmente, enquanto processo de produção urbana ou, utilizando a linguagem dos urbanistas, enquanto processo de “fazer cidade na Cidade”!

Usando uma terminologia um tanto grosseira, e tendo em conta o quadro problemático anteriormente esboçado, podíamos tipificar uma intervenção daquela natureza, de três modos muito distintos: um primeiro tipo, bastante simplificado do ponto de vista urbanístico, em que aquela intervenção, restringida unicamente à edificação de uma área expositiva, faria apelo exclusivamente à ligação e às acessibilidades da cidade “envolvente” - a única questão urbana, neste caso, seria a de resolver o modo de “entrada” e de “saída” da exposição propriamente dita; um segundo tipo, de maior complexidade, introduziria o problema da articulação urbana entre o “novo” e o “antigo”, sublinhando, então, que a intervenção conducente à realização de uma exposição de carácter mundial, não podia deixar de ter em conta o território “envolvente”, pelo que se deveriam desencadear diversas outras intervenções, articulando a Cidade (ou a Metrópole) com aquela área expositiva; um terceiro e último tipo de intervenção, colocará no centro das atenções a problemática da integração urbana, não só pelas diversas complexidades inerentes àquela mesma condição urbana inicial - a Cidade, a Metrópole -, mas porque qualquer intervenção que transcenda a escala do “cerzimento” urbano - de ligação e/ou de articulação urbanas - terá que equacionar questões tão prosaicas como as do impacte urbano (e sócio-económico, e cultural, etc.) dessa mesma intervenção e, por isso mesmo, exigir formas e modalidades de integração (consolidação e superação) da condição urbana de partida.

Em termos mais concretos, sabemos que desde o primeiro momento os responsáveis da Expo’98 colocaram como questão chave para o sucesso daquele evento, precisamente, a resolução eficaz do seu próprio acesso! Tratava-se de uma exigência óbvia (do ponto de vista da exposição), mas que implicou um reordenamento do esquema de acessibilidades e profundas alterações no sistema de mobilidades no espaço metropolitano de Lisboa. Independentemente da bondade (?) de tais alterações (recordar a decisão extremamente discutível sobre a localização da nova travessia do Tejo...) tudo leva a crer que a única questão pertinentemente urbanística colocada pela Expo à Cidade seja a de lhe resolver as vitais acessibilidades! E a Cidade - tendo em conta essa “ocasião” exemplar de produção urbana - tem em curso mecanismos de articulação urbana entre as diversas intervenções, ditas estruturantes, que permitam encontrar modos e processos de integração territorial na Metrópole de Lisboa? Ao fim e ao

cabo, entre a Expo e a Cidade as únicas questões urbanísticas a resolver são de natureza meramente funcional, de ligação e de acessibilidades?

Do ponto de vista sociológico e urbanístico, estas parecem ser algumas das questões fundamentais, de complexidade sucessiva, mas também de progressiva adequação ao equacionamento simultâneo (repete-se: simultâneo), da realização de uma exposição universal em 1998, em Lisboa, e do futuro dessa Cidade-Metrópole, no dealbar de um novo Milénio. Espaço metropolitano esse, no qual, “a bem ou a mal”, a perenidade daquela exposição - isto é, tudo o que material e memorialmente ficar para depois da exposição - terá, necessariamente, de se inserir! Isto significa que uma tal cenarização se projecta para além da Expo'98, independentemente de outros futuros, eventualmente de incidência mais imediata, como sejam os que se centram no modelo propriamente expositivo daquele evento internacional.

E, no entanto, não deixa de ser paradoxal constatar que se, por um lado, os responsáveis da Expo consideraram importante encomendar um estudo de impacte económico, inclusive ao nível nacional, decorrente da realização da Expo'98, por outro, em termos do impacte urbano e sócio-territorial desse evento na Cidade-Metrópole de Lisboa, os elementos disponíveis são escassos, dispersos, não permitindo, por isso, uma avaliação sistemática, ainda que cenarizada, do futuro próximo daquele espaço metropolitano. Um tal paradoxo aparece, ainda, reforçado se tivermos em conta que também do ponto de vista ambiental se colocou, em devido tempo, a necessidade de uma avaliação do correspondente impacte - situação que, tanto quanto se sabe, se encontra em processo de monitorização para determinadas acções de maior incidência ambiental - ao mesmo tempo que se continua ignorando a direcção e os conteúdos das inevitáveis transformações, positivas e negativas, já em curso e/ou de médio alcance, que a Expo'98 (e não só!) está determinando no território social e urbano da Metrópole de Lisboa.

Não é a primeira vez que colocamos este tipo de questões. De resto, está em curso uma investigação sócio-urbanística que, entre outras linhas de pesquisa, procura “observar enquanto se realiza” o processo de implementação da Expo'98, bem como um conjunto de aspectos e de factores directa ou indirectamente articulados com aquele evento internacional. Tratando-se, basicamente, de um “observatório”, a investigação tem-se centrado mais, até agora, no diagnóstico de algumas propostas, sem dúvida estruturantes daquela operação expositiva, a partir do qual se têm vindo a fundamentar diversas objecções críticas, nomeadamente as que informam o presente texto. Subsistem, assim, razões fundamentadas para questionar aquele processo que, ao nível do projecto sócio-urbanístico,

continua, ainda, demasiado virado para o seu “umbigo” expositivo e, deste modo, autocentrando toda aquela operação, como se de uma “ilha urbana” se tratasse, perdida no meio dos oceanos..., como noutro momento comentámos!

É certo que a Expo’98 integra um conjunto de infraestruturas e de equipamentos, directa ou indirectamente necessários àquele evento, mas que, pela sua dimensão e funcionalidade, ficarão a constituir, depois de terminada a exposição mundial, um conjunto de elementos de escala acentuadamente metropolitana - é o caso do oceanário, do pavilhão multiusos, da Gare do Oriente, entre outros - admitindo-se, igualmente, a sediação e a implantação, depois da Expo’98, de estabelecimentos empresariais de projecção modernizante, cuja localização não será alheia à futura instalação da Feira Internacional de Lisboa (FIL). Isto significa que, àquele nível, se põe claramente uma questão de escala - escala metropolitana, como dissemos, mas também no sentido de virem a constituir elementos estruturantes do território metropolitano de Lisboa.

De resto, o posicionamento inicial do projecto Expo - que se apresentou, desde o primeiro momento, como produtor de uma “nova centralidade” urbana - só fazia sentido àquela escala metropolitana, como intervenção de reequilíbrio urbano e de reordenamento territorial daquele espaço, sem dúvida polarizado pela capital do país, mas que há muito superou as suas limitadas fronteiras administrativas. E, no entanto, quando constatamos que certos responsáveis da Expo’98 consideram que esta “nova centralidade” deverá constituir um prolongamento (?) da “velha” centralidade de Lisboa, percebemos como se restringiu drasticamente aquela escala metropolitana e como, ao fim e ao cabo, se pode vir a subverter uma das mais importantes orientações estratégicas daquela intervenção expositiva.

Entende-se melhor agora, julga-se, a pertinência do cenário da integração urbana no espaço metropolitano de Lisboa, que aludimos anteriormente, através do qual se deveria processar a intervenção da Expo’98. Cenário que claramente se acentua se tivermos em conta, igualmente, uma outra ideia-força com que aquela operação foi, inicialmente apresentada: a realização da Expo’98 deveria determinar um amplo processo de requalificação urbana, desde logo no espaço oriental de Lisboa - espaço oriental, esse, que envolvendo também o município de Loures, demarcava, emblematicamente, a escala territorial, metropolitana, em causa.

Realmente, aquele espaço oriental da Metrópole de Lisboa apresenta, ainda, uma condição sócio-espacial que, extremando a terminologia, poderíamos considerar de “anomia urbana” - no sentido da ausência da própria pluridiversidade urbana. O que significa que não se está perante

um espaço “vazio”, pelo contrário, a ausência de urbanidade aparece contraposta a uma ruralidade decadente, é certo, e em riscos de perdição, mas de valor histórico-cultural a exigir a sua preservação.

Estamos, pois, confrontados com um amplo espaço metropolitano, que não é uma “terra de ninguém”, mas que, em termos sócio-urbanísticos, se distingue do correspondente espaço ocidental da Metrópole de Lisboa, cuja historicidade urbana e sedimentação cultural exigem, sobretudo, operações de “cerzimento” do tecido social e territorial, como atrás dissemos. Pelo contrário, o oriente metropolitano aguarda, ainda, as intervenções de referência (as “âncoras estruturantes” na linguagem dos urbanistas) que possam vir a assumir distintas e interligadas centralidades no reordenamento sócio-espacial do território metropolitano de Lisboa. Nessa medida, a operação Expo'98 não estará, necessariamente, sobredimensionada. O problema, como temos procurado ilustrar, não é de natureza quantitativa, pelo contrário, mas de (re)qualificação de todo aquele oriente metropolitano e, deste modo, a questão de fundo continuará a ser a de avaliar, sobretudo qualitativamente, o próprio impacte da Expo'98 na Metrópole de Lisboa.

#### **Nota**

1 In *Expo'98, Lisboa - Projectos*, E. Blau (edição bilingue, português e inglês), 1996.